



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIA Nº 151/2016

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 27198-63.2006.8.06.0000;

**CONSIDERANDO** a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

**RESOLVE** aposentar por invalidez, a partir de 21 de outubro de 2006, JOSÉ NEUTON DA SILVA na função de Motorista, matrícula nº 94264, nos termos dos arts. 152 e 156, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais abaixo indicados:

I – a partir de 21 de outubro de 2006, no valor de R\$ 2.227,17 (dois mil duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos), correspondente a 78,03% (setenta e oito vírgula três décimos por cento) do valor do benefício calculado pela média das contribuições previdenciárias do período de julho de 1994 a setembro de 2006, nos termos da Lei federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

II – a partir de 29 de março de 2012, no valor total de R\$ 7.542,19 (sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), correspondente a 78,03% (setenta e oito vírgula três décimos por cento) do valor do benefício calculado com base na remuneração integral, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e em conformidade com a Lei estadual nº 15.102, de 29 de dezembro de 2011, a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.102/2011) FPJNF23	R\$ 2.211,59
(Dois mil, duzentos e onze reais e cinquenta e nove centavos)	
Progressão Horizontal – 15%(Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 425,14
(Quatrocentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)	
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) - 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 663,48
(Seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos)	
Parcela Individual Complementar – (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 4.241,98
(Quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos)	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**Autorizado registro de ato de aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 2024/2018, em sessão datada de 07 de maio de 2018.**

### PORTARIA Nº 1144/2018

Dispõe sobre concessão de diárias e de indenização de transporte para magistrados.

O Desembargador Francisco Gladysson Pontes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Resolução nº 04/2013, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 16 de setembro de 2014,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 8500028-21.2018.8.06.0090,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder diárias e indenização de transporte ao magistrado Bruno Gomes Benigno Sobral, ao tempo em que reconhece a dívida de exercício anterior, e autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento no valor total de R\$ 3.599,45 (três mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), referente a 09 (nove) diárias sem pernoite no valor de R\$ 2.103,75 (dois mil, cento e três reais e setenta e cinco centavos), e R\$ 1.495,70 (um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos) relativo à indenização de transporte, em virtude de respondência pela Comarca de Baixo e prestação jurisdicional na Comarca Vinculada de Umari nos meses de outubro, novembro e dezembro/2017, obedecidas as formalidades legais, cuja despesa está vinculada ao primeiro grau de jurisdição.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ**, Fortaleza, em 30 de maio de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**